ANEXO I

“COMPETIR +” | RECONHECIMENTO DE INTERESSE PARA O TURISMO (RIT)

Empreendimentos turísticos e estabelecimentos de restauração, bebidas e similares

I. INSTRUÇÃO DE PEDIDOS DE RIT PARA EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS

Os pedidos de reconhecimento de interesse para o turismo, previstos no Sistema de Incentivos “Competir+”, devem ser acompanhados dos elementos que seguidamente se enunciam:

- a. Memória descritiva e justificativa que contemple o seguinte:
 - i. Dados gerais, designadamente o dimensionamento, áreas gerais e específicas ocupadas por serviços a oferecer, número de unidades de alojamento e camas, entre outros;
 - ii. Localização, caracterização dos acessos, identificação de outros serviços existentes na proximidade e que se julguem relevantes para a atividade turística;
 - iii. Explicitação do conceito geral do empreendimento;
 - iv. Descrição da ambiência pretendida e do serviço e produto a desenvolver;
 - v. Caracterização da operação urbanística e enquadramento da pretensão nos instrumentos de gestão territorial e nas servidões administrativas e restrições de utilidade pública aplicáveis;
 - vi. Justificação das opções técnicas e de integração urbana, arquitetónica e paisagística da intervenção;
 - vii. Indicação das condicionantes para um adequado relacionamento formal e funcional com a envolvente, incluindo com a via pública e as infraestruturas ou equipamentos aí existentes;
 - viii. Programa de utilização das edificações, quando for o caso, incluindo as áreas a afetar aos diversos usos;
 - ix. Descrição dos materiais a aplicar, acabamentos construtivos, opções cromáticas e tonalidades, iluminação e mobiliário a instalar e demais elementos que auxiliem a compreensão das particularidades do mesmo;
 - x. Quadro sinóptico identificando a superfície total do terreno objeto da operação e, em função da operação urbanística em causa, a área total de implantação, a área de implantação dos edifícios, a área total de construção, a área de construção dos edifícios, o número de pisos, a altura da fachada, as áreas a afetar aos usos pretendidos, assim como a demonstração do cumprimento de outros parâmetros constantes de normas legais e regulamentares aplicáveis;
- b. Planta de localização do empreendimento, nas escalas 1:25000 e 1:2000, ou, alternativamente, indicação da localização em imagem do *Google Earth*;
- c. Planta geral de implantação à escala 1:500, onde se deverá identificar todos os espaços exteriores afetos ao empreendimento, nomeadamente, acessos, zonas de estacionamento, jardins, entre outros que se mostrem relevantes ao caso;

- d. Levantamento de instalações existentes, para reabilitar, quando existam, através de plantas, cortes e alçados, à escala 1:200 ou 1:100;
- e. Levantamento fotográfico detalhado de todas as áreas a intervir;
- f. Elementos gráficos, nomeadamente plantas, cortes e alçados, à escala 1:200 ou 1:100, que permitam caracterizar, com clareza e detalhe, a conceção arquitetónica da intervenção, integrando especificidades funcionais do programa e as exigências dos diferentes sistemas que incorporam;
- g. Elementos gráficos que permitam caracterizar, com clareza e detalhe, o tipo de ambiente que se pretende criar, como, por exemplo, imagens virtuais/maquetes 3D, esboços, imagens de referência a empreendimentos existentes, onde são aplicados conceitos de imagem semelhantes ao que se pretende implementar;
- h. Elementos gráficos de arquitetura paisagista das áreas exteriores do empreendimento, a escala adequada, quando existam, devendo especificar-se os usos previstos e os materiais a aplicar.

II. INSTRUÇÃO DE PEDIDOS DE RIT PARA ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO, BEBIDAS E SIMILARES

Os pedidos de reconhecimento de interesse para o turismo, previstos no Sistema de Incentivos “Competir+”, devem ser acompanhados dos elementos que seguidamente se enunciam:

- a. Memória descritiva e justificativa que contemple o seguinte:
 - i. Dados gerais, designadamente o dimensionamento, áreas gerais e específicas ocupadas por serviços a oferecer, entre outros;
 - ii. Localização, caracterização dos acessos, identificação de outros serviços existentes na proximidade e que se julguem relevantes para a atividade turística;
 - iii. Explicitação do conceito geral do estabelecimento;
 - iv. Descrição da ambiência pretendida e do serviço e produto a desenvolver;
 - v. Caracterização da operação urbanística e enquadramento da pretensão nos instrumentos de gestão territorial e nas servidões administrativas e restrições de utilidade pública aplicáveis;
 - vi. Justificação das opções técnicas e de integração urbana, arquitetónica e paisagística da intervenção;
 - vii. Indicação das condicionantes para um adequado relacionamento formal e funcional com a envolvente, incluindo com a via pública e as infraestruturas ou equipamentos aí existentes;
 - viii. Programa de utilização das edificações, quando for o caso, incluindo as áreas a afetar aos diversos usos;
 - ix. Descrição dos materiais a aplicar, acabamentos construtivos, opções cromáticas e tonalidades, iluminação e mobiliário a instalar e demais elementos que auxiliem a compreensão das particularidades do mesmo;

- x. Quadro sinóptico identificando a superfície total do terreno objeto da operação e, em função da operação urbanística em causa, a área total de implantação, a área de implantação dos edifícios, a área total de construção, a área de construção dos edifícios, o número de pisos, a altura da fachada, as áreas a afetar aos usos pretendidos, assim como a demonstração do cumprimento de outros parâmetros constantes de normas legais e regulamentares aplicáveis;
- b. Planta de localização do estabelecimento, nas escalas 1:25000 e 1:2000, ou, alternativamente, indicação da localização em imagem do *Google Earth*;
- c. Planta geral de implantação à escala 1:500, onde se deverá identificar todos os espaços exteriores afetos ao estabelecimento, nomeadamente, acessos, zonas de estacionamento, jardins, entre outros que se mostrem relevantes ao caso;
- d. Levantamento de instalações existentes, para reabilitar, quando existam, através de plantas, cortes e alçados, à escala 1:100;
- e. Levantamento fotográfico detalhado de todas as áreas a intervir;
- f. Elementos gráficos, nomeadamente plantas, cortes e alçados, à escala 1:100, que permitam caracterizar, com clareza e detalhe, a conceção arquitetónica da intervenção, integrando especificidades funcionais do programa e as exigências dos diferentes sistemas que incorporam;
- g. Elementos gráficos que permitam caracterizar, com clareza e detalhe, o tipo de ambiente que se pretende criar, como, por exemplo, imagens virtuais/maquetes 3D, esboços, imagens de referência a estabelecimentos existentes, onde são aplicados conceitos de imagem semelhantes ao que se pretende implementar;
- h. Elementos gráficos de arquitetura paisagista das áreas exteriores do estabelecimento, a escala adequada, quando existam, devendo especificar-se os usos previstos e os materiais a aplicar.

III. INSTRUÇÃO DE PEDIDOS DE RIT PARA PROJETOS DE ANIMAÇÃO TURÍSTICA

Os pedidos de reconhecimento de interesse para o turismo, previstos no Sistema de Incentivos “Competir+”, devem ser acompanhados dos elementos que seguidamente se enunciam:

- a. Memória descritiva e justificativa que contemple o seguinte:
 - i. Dados gerais do projeto;
 - ii. Explicação do conceito geral do projeto;
 - iii. Descrição detalhada dos serviços e produtos a desenvolver;
- b. Elementos gráficos que permitam caracterizar, com clareza e detalhe, o tipo de serviço que se pretende oferecer, como, por exemplo, imagens virtuais/maquetes 3D, esboços, imagens de referência a projetos existentes, onde são aplicados conceitos de imagem semelhantes ao que se pretende implementar.